

Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: os debates parlamentares (1898-1914)¹

Leandro Salman Torelli²

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão, instrumento de estabilização cambial que receberia moedas de ouro e emitiria sobre elas a uma taxa fixa de câmbio. Por meio dos debates parlamentares em torno da criação da Caixa, procuraremos apresentar as diversas posições e articulá-las aos interesses que representavam, em especial aqueles vinculados aos interesses da elite paulista.

Palavras-chave: Caixa de Conversão; Defesa do café; Elite paulista.

Alexandre Siciliano e David Campista. Estes dois nomes – o primeiro industrial e comissário de café e o segundo jovem representante da bancada mineira na Câmara dos Deputados – com origens absolutamente distintas foram alguns dos protagonistas das políticas para a melhoria da situação dos preços do café quando da crise deste na última década do século XIX e início do século XX, isto é, foram personagens importantes nos arranjos econômicos e políticos que resultaram na valorização do café, por um lado, e na radical mudança de rumo na política cambial, por outro, com a instalação da Caixa de Conversão em dezembro de 1906.

O primeiro foi quem apresentou uma proposta de valorização dos preços do café em 1903, na Sociedade Paulista de Agricultura. Esta acabou sendo o modelo que foi adotado quando da instalação da defesa dos preços, a partir de 1906 e, mais especificamente, em 1908. A figura de David Campista, por seu lado, se destaca como relator da proposta que acabou, com algumas modificações, sendo aprovada e transformada na lei nº 1.575, de 6 de dezembro de 1906, ou seja, a lei que criou a Caixa de Conversão, quando o mesmo já havia assumido a pasta da Fazenda no governo de Afonso Pena (1906-1909).

1 Artigo baseado em parte da Dissertação de Mestrado do autor: Torelli, Leandro Salman. *A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)*. Campinas, SP: IE-Unicamp, 2004. Trabalho orientado pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

2 Graduado em História pela Unesp/Franca. Mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Entender de que maneira os interesses do café, de certa forma, se universalizam e passam a ser defendidos como interesse nacional já na transição dos séculos em questão é, possivelmente, a maneira pela qual podemos compreender o papel decisivo que Campista e Siciliano acabaram por jogar na organização destas novas políticas de Estado.

Dessa forma, nosso objetivo é compreender os passos dessa universalização a partir do estudo das idéias e pressupostos presentes na defesa destas novas políticas. Neste texto, nosso estudo se limitará aos debates em torno da criação da Caixa de Conversão, buscando o entendimento dos interesses em jogo, especialmente aqueles vinculados à elite paulista, principal protagonista daquilo que poderíamos considerar como “interesses cafeeiros”.

Para tanto, nosso caminho será o de traçar o contexto de surgimento da proposta de estabilização cambial (o que significava a adoção do padrão-ouro), isto é, a política econômica ortodoxa dos governos de Campos Salles e Rodrigues Alves para, posteriormente, analisar os debates e instalação da Caixa de Conversão.

1 Década de 1890: crise do café e bancarrota do Estado

A recuperação dos preços do café resultante do aumento da procura na segunda metade da década de 1880 promoveu um forte incremento na produção que, por sua vez, chegou ao mercado, por conta do tempo de maturação dos pés de café, apenas na década de 1890. Neste momento, a política econômica de expansão do crédito acabou por resultar numa forte queda da taxa cambial a partir de 1891.

Tabela 1
Taxa de câmbio (pence/mil réis) e preços do café, 1889-1898

Ano	Taxa Cambial	Preço Interno	Preço Externo
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	120	113
1891	14 29/32	171	90
1892	12 1/32	201	87
1893	11 19/32	276	103
1894	10 3/32	290	92
1895	9 15/16	262	91
1896	9 1/16	252	69
1897	7 23/32	180	47
1898	7 3/16	163	41

Fonte: Brasil. IBGE (1941, p. 1354 e 1378).

Dessa forma, a queda dos preços do café ocasionada pelo desfalecimento da demanda externa associada ao crescimento da produção interna acabou sendo balanceada, em âmbito nacional, pela *débâcle* do câmbio. Assim, os cafeicultores continuaram a investir na expansão produtiva, visto que possuíam em moeda nacional a garantia de suas rendas (Delfim Netto, 1976, p. 17-24), algo que fica evidenciado pela Tabela 1.

Esta situação acabou permitindo, por um lado, a manutenção do nível de renda do complexo cafeeiro mesmo sob uma queda dos preços internacionais do café, mas, por outro, como afirma Cardoso de Mello (1998, p. 135-138), a reprodução do capital cafeeiro não estava assegurada com a desvalorização cambial, visto que este fato encarecia elementos que integravam os custos de produção e, também, da reprodução da força de trabalho. Dessa forma, como a elevação dos preços dos bens importados era compensada pelo aumento dos preços internos do café, é no comportamento dos salários monetários que se encontra a chave explicativa para entender a manutenção das taxas de lucro. Aqueles foram arrochados para garantir o nível de renda do setor cafeeiro. Portanto, a desvalorização cambial em si não era uma espécie de “socialização das perdas”, como acreditava Celso Furtado (2000, cap. XXVIII), mas talvez uma forma de “maximização dos ganhos” para a produção cafeeira, nos termos de Eduardo Kugelmas (1986, p. 108-109), até porque os preços internacionais se mantiveram em patamares aceitáveis até 1895.

Por outro lado, a crise cambial dos anos 1890 atingiu em cheio as finanças públicas de um Estado ainda em formação. Isso ocorria na medida em que o aparelho estatal tinha que desembolsar uma quantidade muito maior de papel-moeda na compra de cambiais para o cumprimento dos serviços da dívida pública; além disso, a abolição da quota-ouro sobre as importações em 1891 agravou ainda mais a situação, visto que o Estado dependia quase que inteiramente dos direitos de importação, que tinham, também, sua capacidade reduzida pela depreciação cambial. Até 1895, a existência de um bom saldo comercial proporcionava alguma margem de manobra; entretanto, a partir de 1896, a queda dos preços do café e a diminuição da receita de exportações prenunciavam uma situação de insolvência, com fica evidente no exame da Tabela 2.

Tabela 2
Execução orçamentária do Governo Federal
Brasileiro (1.000 contos de réis), 1890-1898

Ano	Receita Arrecadada	Despesa Paga	Saldo
1890	195,3	220,6	-25,3
1891	228,9	220,6	+8,3
1892	227,6	279,3	-51,7
1893	259,9	300,6	-40,7
1894	265,1	372,8	-107,7
1895	307,8	344,8	-37,0
1896	346,2	368,9	-22,7
1897	303,4	379,3	-75,9
1898	324,1	668,1	-344,0

Fonte: Villela e Suzigan (2001, p. 105).

Além da dificuldade nas contas públicas existia ainda uma profunda crise política, com os conflitos entre as oligarquias regionais desde o governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891). O quadriênio Prudente de Moraes (1894-1898) enfrentou uma grande crise no seio do partido que o sustentava no poder, o Partido Republicano Federal, liderado por Francisco Glicério, assim como o presidente, republicano *histórico* de São Paulo. Esta crise política era resultante, basicamente, das “dissenções surgidas entre os vários grupos estaduais que porfiavam pelo apoio presidencial aos seus interesses de ascensão ou manutenção do poder nos Estados” (Souza, 1985, p. 180).

Dessa forma, quando o paulista Campos Salles chega a presidência da República no ano de 1898 três ordens de problemas se apresentavam para solução imediata, visto que disso dependia a própria sobrevivência da República Federativa: i) a crise do café; ii) a crise financeira do Estado; e iii) a crise política no seio das oligarquias regionais.

A questão da crise política foi efetivamente equacionada com a chamada *Política dos Governadores*. Campos Salles apoiou os grupos que estavam no poder nos estados enquanto os mesmos garantiam bancadas dóceis com o poder federal no legislativo. Dessa forma, o governo central conseguiu resolver as querelas regionais, consolidando um grupo no poder com apoio federal, e, ao mesmo tempo, garantiu a “governabilidade” no momento em que políticas de cunho eminentemente ortodoxas e recessivas seriam tomadas na economia e finanças para dar fim à crise cambial e financeira do Estado nacional (Kugelmas, 1973, p. 202-204).

As novas medidas no campo da política econômica foram as acertadas pelo acordo com os credores internacionais, o chamado *funding loan*. O governo de Campos Salles seguiu simetricamente a política fiscal e monetária que compunha o acordo. O Ministro da Fazenda Joaquim Murinho acabou contando também com o fim da depressão mundial: a partir de 1897, os capitais europeus retomam suas exportações, o que garantiu ao Brasil um balanço de pagamentos favorável, se associado ao aumento de 1/5 das exportações e uma queda de 14% nas importações (Topik, 1987, p. 50). Este saldo positivo foi utilizado na melhoria das condições das finanças públicas e na alta cambial. Nesse sentido, é inegável o sucesso do *funding loan*: as execuções orçamentárias registraram superávits em 5 dos 8 anos da política contracionista (1898 a 1906), visto que o sucessor de Campos Salles, o também paulista Rodrigues Alves (1902-1906), manteve a mesma política econômica; e a taxa cambial saltou de 7,2 pence por mil-réis em 1898 para 16,2 em 1906, conforme podemos verificar pela Tabela 3.

Tabela 3
Taxa de câmbio (pence/mil-réis) e preço da saca
de café (em libra-ouro), 1898-1906

Ano	Câmbio	Café
1898	7,2	1,49
1899	7,4	3,07
1900	9,5	2,06
1901	11,4	1,62
1902	12,0	1,54
1903	12,0	1,47
1904	12,2	1,99
1905	15,9	1,98
1906	16,2	1,97

Fonte: Brasil. IBGE (1941, p. 1354, 1378).

Nestes termos, o *funding loan* foi, na verdade, um acordo acertado para salvar o Estado republicano da bancarrota e, mais do que isso, tratava-se de garantir, em última análise, a sobrevivência da própria República. Dessa forma, foi durante o governo de Campos Salles que a *pax republicana* conseguiu se estruturar com a chamada “Política dos Governadores”, que garantiu um compromisso básico entre o Executivo federal e os presidentes dos estados, o que acabou consolidando o poder republicano em oposição ao que havia durante o Império. Tratava-se de provar às elites nacionais e ao

mundo que o Brasil poderia viver sem o poder moderador, e que o Estado republicano tinha capacidade de integrar e pacificar o país por meio de um regime federativo e presidencialista (Kugelmas, 1986, p. 71-72). Foi num pacto de elites regionais que se apaziguou o país e num acordo financeiro que colocou o Brasil “no seu devido lugar” na lógica do sistema capitalista internacional que se acomodaram as linhas gerais das questões políticas e econômicas na Primeira República.

Entrementes, a crise do café era ainda uma questão não resolvida. É evidente que as políticas “saneadoras” de Campos Salles e Rodrigues Alves tiveram um papel decisivo para a manutenção dos negócios do café na medida em que garantiram a sobrevivência de um Estado nacional reconhecido e forte o suficiente para arbitrar os negócios internacionais dos complexos agro-exportadores. No entanto, a crise dos preços associada ao aumento do câmbio ocasionava perdas individuais de riqueza que, em última análise, acabaram consolidando uma oposição a esta política dentro do próprio complexo econômico cafeeiro; uma ala dissidente se formou nas entranhas do Partido Republicano Paulista, liderada pelo ex-presidente Prudente de Moraes. Os descontentes pensaram mesmo em formar um Partido da Lavoura, ainda no início do Governo de Campos Salles, em 1899 (ver Casalecchi, 1987, p. 88-100; Perissinotto, 1994, p. 62-69), crise política somente resolvida com o Convênio de Taubaté em 1906 (ver Casalecchi, 1987, p. 101-116).

A esta altura, o Estado republicano já estava a salvo da crise que poderia tê-lo levado à insolvência – à custa de uma bruta recessão – e as medidas ortodoxas, do ponto de vista das elites, haviam deixado duas consequências: a primeira foi a crise bancária de 1900 que destruiu a praça financeira do Rio de Janeiro e fez sumir do mapa os bancos do período emissionista do início da República; a segunda consequência foi que a alta cambial e a queda dos preços do café associadas “fizeram com que o debate sobre a necessidade de intervenção oficial no mercado do produto se transformasse na questão central da política nacional” (Fritsch, 1980, p. 264), e colocasse em cheque as próprias medidas ortodoxas. A elite paulista, que tinha papel preponderante no Estado nacional, já estava em condições de impor uma política para a melhoria dos preços do café.

2 A criação da Caixa de Conversão: o debate econômico do início do século XX

A safra prevista para 1906 tornou a crise intolerável e uma reunião entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

(Jorge Tibiriçá, Francisco Antônio Salles e Nilo Peçanha, respectivamente) em fevereiro daquele ano, na cidade de Taubaté, acabou resultando num acordo em torno de um projeto de intervenção com o intuito de valorizar o café. A proposta era a que segue:

(...) (1) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca; (2) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras para amparar a intervenção no mercado; (3) imposição de um imposto ao plantio de novos pés de café; (4) criação de uma 'Caixa de Conversão' destinada a estabilizar o câmbio, impedindo sua valorização; (5) proibição da exportação de cafés inferiores (Cardoso de Mello, 1998, p. 146-147).

A proposta trazia consigo vários pontos polêmicos, o principal deles ligado à questão da política cambial: a criação de uma Caixa de Conversão para estabilizar o câmbio. O governo federal se manifesta contrário. O presidente da República Rodrigues Alves, em mensagem ao Congresso em maio de 1906, condenava aqueles que acreditavam que a lavoura somente podia prosperar com câmbio baixo, algo que se sustenta em virtude do “regime do papel-moeda de curso forçado que anima esses desvios da sã doutrina” (Documentos Parlamentares, 1914, p. 9). Afirma ainda na mensagem que a política monetária é um problema do governo federal, não cabendo aos estados a interferência nestas questões, já que “o sistema político que adotamos, instituiu uma dupla organização, federal e local, com poderes distintos e funções bem discriminadas. Girando em esfera própria, sem uma perfeita harmonia entre ambas, não poderá se fortalecer a unidade nacional. Não deve a União embarçar a vida dos Estados, nem estes entorpecê-la em seus movimentos” (Documentos Parlamentares, 1914, p. 10).

À medida que as dificuldades iam crescendo, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro abandonam São Paulo que teve de buscar alternativas para colocar em prática o projeto. Segundo Holloway, os tão criticados comerciantes estrangeiros do café, que nos discursos do senador paulista Alfredo Ellis eram os grandes responsáveis pela queda dos preços do produto, é que foram os principais aliados de São Paulo na tarefa da valorização: Afirma Holloway que

(...) a diferença entre os princípios do Convênio e a valorização que teve lugar de fato, não é uma simples questão de precisão histórica. Em linhas gerais, o Convênio de Taubaté visava um esforço conjunto, entre os governos estaduais e federal, a fim de defender os produtores brasileiros dos efeitos da especulação comercial em períodos de excesso de oferta no mercado. A valorização, que foi na realidade posta em prática, foi uma cooperação, entre o estado de São Paulo e os negociantes estrangeiros de café,

na dependência de um respaldo financeiro destes mesmos negociantes e dos bancos privados dos países consumidores. O governo federal e os governos dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais tinham uma participação limitada e cheia de restrições (Holloway, 1978, p. 61).

O plano que foi posto em prática era o idealizado por Alexandre Siciliano, homem, como dissemos acima, ligado à indústria e ao comissariado de café, e que foi apresentado na Sociedade Paulista de Agricultura em 1903: nada parecido com o Convênio de Taubaté idealizado em 1906.

A elite paulista aproveitou-se do princípio federativo garantido na Constituição republicana de 1891 e organiza-se numa corrente intervencionista liderada pelo chefe do Executivo estadual Jorge Tibiriçá e pelos secretários da Agricultura e Fazenda do estado: Carlos Botelho e Albuquerque Lins, respectivamente. Homens pragmáticos na defesa dos seus interesses subordinaram tudo para promover a valorização dos preços do café.

No início da discussão, os projetos de valorização do café e de estabilização da moeda foram enviados conjuntamente. Mas, posteriormente, os líderes da bancada paulista na Câmara tomaram uma medida importante, bem salientada por Delfim Netto (1976, p. 48-49), que foi a separação dos projetos da valorização do café e de estabilização cambial garantido pela Caixa de Conversão, para evitar polêmicas envolvendo aspectos de Direito Constitucional que poderiam barrar o projeto, visto que era vedado a acordos entre estados impor políticas que eram evidentemente de responsabilidade da gestão federal. Entretanto, os motivos que Delfim aponta para que os dois projetos tenham sido encaminhados como apenas um, pelo menos no início, era que, (1º) evidentemente, se a valorização tivesse êxito, pressionaria a taxa cambial para cima, o que os cafeicultores queriam impedir, já que perderiam o aumento dos preços externos com a apreciação cambial; e (2º) a estabilização cambial era uma reivindicação que não se limitava ao setor cafeeiro o que, do ponto de vista político, podia minimizar o cunho claramente regional do programa de valorização dos preços do café, mas que, por outro lado, necessitava de apoio da União para as operações financeiras internacionais.

A estratégia montada no Legislativo federal contava com o apoio da bancada mineira, representada por David Campista, e do grupo conhecido como *Bloco* (ver Souza, 1985; Kugelmas, 1973), liderado pelo representante

gaúcho Pinheiro Machado. Aprovada a Valorização do Café, outra empreitada, a questão da estabilização cambial, ainda estava por ser enfrentada.

A proposta da Caixa de Conversão era a de criar um instrumento que recebesse as moedas de ouro e emitisse sobre elas a uma taxa de 15 pence por mil-réis – lembrando que a essa altura, meados do ano de 1906, o câmbio já estava em 16 pence – até o limite de 20 milhões de libras esterlinas, isto é, 320 mil contos de réis, tendo estas moedas curso legal e poder liberatório sobre todos os negócios nacionais.

O projeto da Caixa de Conversão tinha, de fato, um caráter suficientemente controverso em termos de política cambial, visto que proponha uma espécie de *currency board* que impedisse a oscilação do câmbio. É evidente que a preocupação daqueles que propuseram era evitar a alta cambial, por outro lado, formou-se o grupo oposicionista que propunha a manutenção das políticas restritivas de Murtinho e Bulhões para garantir a entrada no padrão ouro ao câmbio par, isto é, 27 dinheiros por mil-réis. Havia ainda uma parcela de oposicionistas que defendiam a quebra do padrão e a decretação imediata da conversibilidade ao novo câmbio.

Dessa forma, existiam no Congresso Nacional três correntes, se é que a pequena oposição pode ser chamada de corrente, porém, sua posição é, de qualquer modo, representativa de parcela das elites regionais.

O discurso de oposição defendia que o projeto era “regionalista”, ou seja, fora construído para atender aos interesses dos produtores de café, subordinando todo o resto ao que era da vontade dessa camada. Além disso, acreditavam ser essencial a manutenção da política contracionista para que acabassem estas “indústrias artificiais”, que somente sobreviviam com taxas e subsídios, que nada possuíam, que tudo importavam do estrangeiro. As grandes vozes destas posições no Congresso eram os pernambucanos Barbosa Lima e Affonso Costa, além de Paula Ramos, deputado de Santa Catarina.

A segunda visão oposicionista defendia a quebra imediata do padrão como solução do problema monetário, para estes – Alcindo Guanabara (DF) e Serzedello Correia (MT) – o mais importante era garantir a conversibilidade, isto é, uma “moeda sã”, que pudesse ser permutada por seu valor em ouro. O padrão legal de 27 pence que era “sagrado” para os oposicionistas do parágrafo anterior, era absolutamente aleatório e estava, na visão dos que defendiam o ponto de vista da quebra do padrão, totalmente

fora da realidade nacional daquele momento. Votavam contra o projeto, pois este não quebrava o padrão e não instituía a conversibilidade, apenas conservava o câmbio abaixo de 15 pence para atender aos interesses do café, nenhum passo dava na direção da solução do problema monetário.

Os defensores da Caixa de Conversão diziam que este era um instrumento eficaz contra a oscilação cambial, algo absolutamente pernicioso para toda a produção nacional. Além disso, afirmavam que esta nova política não era atentatória àquela feita nos governos Campos Salles e Rodrigues Alves, mas sim um complemento, uma forma mais harmônica de se chegar à conversibilidade ao par. Assim como negavam a incompatibilidade dos interesses cafeeiros com os interesses nacionais, visto que, em primeiro lugar, o café representava mais da metade da renda nacional e, mais do que isso, o câmbio estabilizado interessava a todos os produtores, não somente aos de café. Seus principais representantes no debate parlamentar foram David Campista (MG), Adolpho Gordo (SP), Altino Arantes (SP) e Barros Franco Júnior (RJ).

David Campista foi o membro destacado da Comissão de Finanças para ser o relator do projeto da Caixa de Conversão na Câmara. Nascido no Rio de Janeiro em 1863, filho de farmacêutico, em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1883 ao lado de nomes importantes na elite política da República como Júlio de Mesquita, Homero Baptista, Bueno de Paiva e Pedro Lessa. Casou-se em Rio Preto, cidade mineira, com a filha de João Araújo Maia, abastado fazendeiro de café.

Parece que o bom casamento “abriu portas” para o seu talento; a partir de então, sua carreira política foi meteórica: Deputado da Assembléia Constituinte Mineira; Secretário de Agricultura e Obras Públicas durante o governo Afonso Pena em Minas Gerais; superintendente do serviço de imigração no governo Bias Fortes; Secretário de Finanças na administração Silvano Brandão; além de professor na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Tudo isso antes de se tornar deputado federal por este estado. Chegando, posteriormente, a Ministro da Fazenda e quase se tornando presidente da República na sucessão de Afonso Pena.

Esse homem, muito requintado, com modos de um *gentleman*, travou acirrado debate na Câmara dos Deputados para defender o projeto do qual foi relator. O seu papel foi o de rebater os argumentos contrários ao projeto;

como representante mineiro, uniu-se aos paulistas e ao *Bloco* para defender uma determinada forma de encarar os problemas do café e do câmbio.

O Deputado David Campista, tomou a palavra na sessão do primeiro dia de setembro de 1906 para defender o projeto das objeções feitas pelos deputados que o antecederam na tribuna. A argumentação central do relator é a de que o projeto visa, acima de tudo, dar cabo às bruscas flutuações do câmbio que acaba por prejudicar profundamente os negócios no Brasil.

Logo, o problema cambial, ao contrário do que muitos afirmaram na tribuna, não estava na questão de que se ele é melhor baixo ou alto, mas sim se está estável ou não. Assim sendo, as críticas em torno do projeto eram profundamente contraditórias e, portanto, revelavam o quão delicado é o tema. Segundo Campista, os detratores da Caixa de Conversão atacavam-na por vários motivos:

Uns entendem, por exemplo, que o projeto não impedirá a alta cambial da taxa fixada, e por isso, é inútil; outros - que o único afeito da reforma é justamente impedir a elevação do câmbio, o que é um mal. (...) Uns entendem que é necessária a quebra do padrão monetário, para que o projeto produza efeito; outros - que o curso legal, dado aos bilhetes da caixa, importa em uma verdadeira quebra do padrão. (...) Pensam uns que jamais ouro algum afluirá á caixa; declaram outros que as emissões baseadas nesse ouro produzirão inflação na circulação". Conclui, assim, que "é admirável que, por tão opostos caminhos, se tenha podido chegar a um fim comum, que é a rejeição do projeto (Documentos Parlamentares, 1914, p. 237).

Campista defendia o projeto afirmando que a quebra do padrão não se dava efetivamente. Ocorria que o câmbio poderia elevar-se, mas quando a situação da nossa economia permitisse, isto é, no momento em que a Caixa atingisse o seu limite de emissão de 20 milhões de libras. Isso ocorria porque, para estabilizar o câmbio, não é necessária a quebra do padrão e, dessa forma, o projeto fazia uma concessão, nas suas palavras, para aqueles que acreditavam ser imoral a mudança da paridade estabelecida em 1846.

Quanto à fixação da taxa em 15 pence por 1\$000 defendia que se tratava daquela que melhor exprime a situação econômica do momento, além disso, servia aos interesses da lavoura, "notadamente aos da lavoura cuja situação determinou o Convenio de Taubaté" (Documentos Parlamentares, 1914, p. 244), já que, ao preço do café estabelecido neste convênio, ao lavrador daria cerca de 9\$000, preço considerado suficiente para remunerar a produção. Por outro lado, a taxa também servia aos interesses da nascente indústria, que assim poderia ter um mercado razoavelmente protegido e, ao mesmo tempo, um câmbio que permitisse a importação de máquinas e

equipamentos necessários a sua reprodução. O câmbio de 15 dinheiros também garantia ao comércio uma boa situação, na medida em que não se afastava muito da situação cambial do momento vigente.

O relator responde aos deputados, como Serzedello Correia, que acredita que o máximo que o mecanismo da Caixa de Conversão pode fazer é impedir a alta cambial, não tendo nenhum papel quanto a baixa cambial. Em primeiro lugar, Campista não acreditava na queda cambial já que considerava a nossa situação externa claramente indicativa da condição de melhora para o futuro, o que acarretaria em grande prejuízo para a lavoura com uma forte apreciação cambial. Mas se, ao contrário, o câmbio descesse, em primeiro lugar, os bilhetes procurariam a Caixa para recuperar o ouro e, além disso, o mecanismo dos fundos de resgate e garantia poderiam atuar no sentido de garantir a manutenção da taxa em 15 dinheiros, na medida em que a Caixa nada muda no que tange a esse mecanismo criado pelo governo de Campos Salles.

Dessa forma, também é um equívoco a idéia de que a Caixa vai trazer um novo excesso de emissão, visto que suas emissões estão umbilicalmente ligadas à expansão econômica, ou seja, na medida em que o ritmo dos negócios não tenha mais o mesmo fôlego, os bilhetes procurarão a Caixa para repor o ouro e, assim, a emissão que poderia ser excessiva volta para a Caixa. Logo, o projeto não fere a sã doutrina em relação ao meio circulante. Ademais,

(...) as emissões da caixa não representam ouro suposto, as ouro de verdade, pronto a ser trocado pelo seu representante papel. Logo, a lei de 1899 referiu-se ao papel inconvertível cuja emissão proibiu, e não às emissões convertíveis que importam em circulação metálica (Documentos Parlamentares, 1914, p. 260).

David Campista esclarece que a Caixa de Conversão não precisa ter ouro algum para cumprir uma de suas funções, isto é, se tal fato acontecer significa que o andamento natural da economia nacional não exige uma taxa cambial superior a 15 dinheiros. Entretanto, os negócios governamentais serão realizados com a Caixa. Explica o relator:

Como opera o Governo? Converte saldos da receita ouro em papel quanto baste para satisfação dos encargos nesta moeda. Pois bem, é essa a função da Caixa. O Tesouro entregará á caixa os excedentes ouro e dela receberá o papel necessário ao pagamento de serviços internos, que correm por conta do tesouro (Documentos Parlamentares, 1914, p. 265).

Sendo assim, é quase impossível que ouro algum procure a Caixa, mesmo em momentos nos quais a situação econômica não exija um câmbio superior a 15 pence.

Portanto, conclui Campista, respondendo a Barbosa Lima, que o projeto em nada se desvia dos ideais da política financeira do Governo Campos Salles, mas antes lhe dá uma direção mais segura e condizente com os interesses das classes produtoras.

Por fim, afirma o relator que muitos dos detratores do projeto se encontram presos a velhos dogmas e não percebem que as mudanças no nível da sociedade e, especialmente da economia mundial, não mais permitem seguirmos cegamente os princípios de Adam Smith. Os trustes e cartéis estão cada vez mais fortes, destruindo os sonhos daqueles que se encontram tão próximos das antigas doutrinas. Além do mais, trata-se de um erro querer aplicar a todos os países idéias e teorias que, na maioria das vezes, foram pensadas e construídas a partir de realidades absolutamente distintas daquela a que outros estão presos, como se os fenômenos econômicos fossem coisas abstratas e totalmente alheias ao meio em que estão ocorrendo.

Na sessão de 5 de outubro, o discurso do deputado Barros Franco Júnior nos últimos instantes do debate do projeto na Câmara dos Deputados foi talvez o momento mais tenso e o instante em que “as máscaras caíram”.

Afirmou Franco Júnior falar em nome da “classe produtora”; ele não se considerava um entendido do assunto de finanças, mas sabia o que era necessário para que o produtor no Brasil pudesse prosperar e fazer o crescimento do país. Para o deputado em questão, a quebra do padrão monetário não seria feita em leis, mas era, indubitavelmente, resultado dos acontecimentos, “quem faz o valor da moeda é a riqueza do país; quem faz o valor da moeda é a diferença da soma da troca de valores internacionais. A lei não eleva nem abaixa o cambio” (Documentos Parlamentares, 1914, p. 500).

Franco Júnior disse ainda não compreender como os opositores do projeto podiam afirmar que os interesses do café não eram os interesses do Brasil, *na medida em que o país dependia do café para praticamente tudo*. Entretanto, a lavoura cafeeira não era a única a ser beneficiada pela política cambial que estava sendo proposta, conforme os números que apresentou todas as lavouras eram efetivamente salvas pela estabilização do câmbio a uma taxa que impedisse a sua elevação para além daquele patamar que pudesse prejudicar as receitas da produção.

Reproduzo o trecho do discurso em que defende esse ponto de vista:

Barros Franco Júnior – Não compreendo que possa haver antagonismo entre os interesses da lavoura cafeeira e os interesses do Brasil. A lavoura cafeeira concorre para as rendas nacionais com mais de 50%. Esta indústria merece atenção.

E quando os ilustres presidentes chegaram a assinar o Convênio foi após estudo demorado e só depois de examinados todos os planos, é que se chegaram à convicção de que era o único meio possível. Usamos nós outros, brasileiros, de um recurso de que toda a gente usa desde que as circunstâncias o permitem.

Sr. Presidente, o Brasil, tratando-se do café, concorre com três quartos, em alguns anos com quatro quintos da produção total do mundo; este ano chega a quase cinco sextos.

Um Sr. Deputado – E vamos subordinar então tudo ao café!

BARROS FRANCO JÚNIOR – Não é o café. Acabo de perguntar a V. Ex., que combateu o projeto: porque as fazendas de cacau, de criação, de fumo, enfim, toda a propriedade rural do Brasil está completamente desvalorizada?

José Carlos – Não ha tal; prova onde o cacau está desvalorizado.

Barros Franco Júnior – As fazendas? Apelo para os dignos representantes da Bahia, afim de que me digam si estão ou não, de cana, de café, de fumo, porque todos esses produtos estão se ressentindo da alta tresloucada do cambio.

Barbosa Lima – ‘A alta tresloucada do cambio’ era o programa do quadriênio passado, a valorização do meio circulante (Documentos Parlamentares, 1914, p. 502-503).

A tabela seguinte foi produzida a partir dos dados que o deputado Franco Júnior apresentou em seu discurso. Franco Júnior comparou o que faturou a lavoura com o câmbio em 15 pence por mil-réis e o que poderia ter obtido com o câmbio a 12 para o ano de 1905:

Tabela 4
Prejuízo para a Lavoura Brasileira resultante do Aumento do
Câmbio segundo o Deputado Barros Franco Júnior, 1905

Produtos	Câmbio de 15 29/32	Câmbio de 12 3/32	Prejuízo
Café	324.056:440\$000	424.981:720\$000	100.925:280\$000
Cacau	15.759:750\$000	20.630:920\$000	4.871:170\$000
Algodão	17.111:817\$000	22.946:700\$000	5.834:883\$000
Açúcar	6.375:021\$000	8.056:664\$000	1.681:643\$000
Borracha	211.514:275\$000	266.843:500\$000	55.329:225\$000
Carnes	21.205:317\$000	27.521:291\$000	6.015:974\$000
Fumo	12.913:631\$000	16.378:318\$000	3.464:589\$000
Erva Mate	18.737:774\$000	24.759:504\$000	6.021:730\$000
Total	684.831:785\$000	886.114:691\$000	201.282:906\$000

Fonte: Documentos Parlamentares (1914, p. 503-504).

Pedi ainda Barros Franco para que os produtores que ocupavam espaço na Câmara de Deputados se manifestassem caso alguma melhoria nos custos de produção tivesse ocorrido por conta da apreciação cambial dos anos anteriores a 1906. Suas palavras são as seguintes:

Não discuto a razão de ser da coisa; eu, é que estou sentindo. Esta é a verdade: nós lavradores, nós produtores, continuamos a ter a mesma despesa e a receber a paga do nosso trabalho, dos nossos produtos, com 33 a 40% de diferença! (Documentos Parlamentares, 1914, p. 506).

Os Anais dizem que nesse momento ocorrem apartes violentos de Barbosa Lima e de outros deputados, sendo o Presidente obrigado a “soar os tímpanos” e pedir calma aos deputados.

Reproduzo, agora, o trecho final do discurso do deputado em questão. Os vários apartes e o debate travado evidenciam bem os interesses em jogo e a posição dos defensores e opositores do projeto ficam mais evidentes, sem os termos mais rebuscados dos discursos preparados:

Barros Franco Júnior – Senhores, em 1888, o Brasil conseguia sua emancipação social; em 1889 conseguiu a sua emancipação política e em 1906, vai conseguir a sua emancipação econômica! Esta é a verdade.

Já agora não é possível mais voltar atrás neste terreno. E como brasileiros, devemos dar parabéns a nós mesmos por ver que esse agrupamento, em geral conhecido sob o nome de bloco, existe ao redor dos princípios consubstanciados no Convênio de Taubaté. (Apoiados e não apoiados. Protestos calorosos).

É justa, pois, a posição de homens que se ligam na consecução de um mesmo ideal. Para mim, isso é motivo de regozijo.

Barbosa Lima – Então, a plataforma foi para a gaveta?

Homero Baptista – V. Ex. dá-me licença? Não há princípios políticos no Convênio de Taubaté; há interesses econômicos da lavoura do café. E o bloco a que V. Ex. se refere, é um partido republicano, ou melhor, é a integração do partido republicano.

Barbosa Lima – O Convênio de Taubaté é uma questão de alguns lavradores. (Apoiados e não apoiados).

Barros Franco Júnior – Mas, senhores, quem falou aqui em política em torno do Convênio de Taubaté?

José Carlos – Foi V. Ex.

Homero Baptista – Sou republicano, mas não leio pelo Convênio de Taubaté.

Cassiano do Nascimento – E dois. (Ha outros apartes).

Barros Franco Júnior – VV. EEx. estão emprestando às minhas palavras um sentido que elas não têm ou estão querendo ver nelas uma intenção que não tive absolutamente. O que disse, e repito, é que depois de votada a Constituinte, estou

vendo agora, e com prazer o vejo, um movimento de opinião nacional, reunindo ao redor de idéias que atingem os mais sagrados interesses do Brasil, homens que enxergam, que entendem e que, pondo de lado preconceitos pessoais, vêem que na execução dessas medidas está o progresso e a felicidade desta terra.

Por isso, me felicito.

Eis o que disse. Não falei em política. Ao contrário, é uma coisa perfeitamente à parte.

É simplesmente esse fato que tem essa feição econômica, que me alegra a mim como brasileiro, a mim como republicano, porque vejo que a nossa intenção de políticos, de homens públicos está desviada dos corrilhos pessoais, para os grandes interesses nacionais.

Eis o que disse.

José Carlos – Está dizendo agora.

Barros Franco Júnior – V. Ex. quer que assim seja, que fazer?

José Carlos – O que eu não quero é que se encare uma questão destas, de interesse nacional, sob um ponto de vista estreito da Convenção de Taubaté.

Barros Franco Júnior – Mas, sr. Presidente, como disse, agora não convém voltarmos atrás. A opinião brasileira está representada por 19 milhões de brasileiros.

Barbosa Lima (com força) – Não apoiado. A opinião dos brasileiros não está na raiz do cafeeiro, como não está na senzala. Nem nunca a abolição saiu deste Parlamento. (Ha outros apartes e protestos).

Sr. Presidente – Atenção!

Peço aos nobres Deputados que deixem o orador continuar o seu discurso. Desta forma, é impossível a discussão.

Barros Franco Júnior – A opinião nacional não está somente na raiz do cafeeiro, como também na do algodoeiro, cacauero, etc., em todas as manifestações do trabalho nacional; e como isto interessa a todos os Estados da República, estou convencido que todos almejam que o projeto se converta em lei para a felicidade de todo o país (Muito bem. O orador é felicitado). (Documentos Parlamentares, 1914, p. 509-510).

O momento reproduzido do debate deixa claro que a questão que estava colocada em todo o debate era se o café representava ou não os interesses nacionais. Os defensores do projeto afirmavam ser um equívoco pensar que a valorização cambial não era um bem para toda a nação, com exceção ao café. Ao contrário, os que combatiam o projeto diziam que o país estava sendo subordinado aos interesses do café, notadamente aos interesses da elite paulista, principal produtora de café do país.

Subjacente a esta questão estava colocado o problema cambial e neste aspecto existiam aqueles que defendiam a ortodoxia monetária como caminho para atingir a circulação sã, isto é, uma moeda metálica, com lastro

em ouro. Um grupo que acreditava que apenas a quebra do padrão monetário de 27 pence por mil-réis para uma taxa mais condizente com a realidade da economia brasileira daquele momento poderia fazer com que atingíssemos o padrão ouro. Mesmo os que defendiam o projeto da Caixa de Conversão apoiavam-se no princípio máximo da “sã doutrina” da circulação metálica. Isso significa que, do ponto de vista doutrinário, nenhum grupo estava em condições de negar o padrão ouro, especialmente porque ainda estava vivo na memória de todos os acontecimentos econômicos e financeiros do início da República, algo que para os negócios internacionais era extremamente negativo, ou seja, as elites, na defesa dos seus negócios agro-exportadores, sendo a elite paulista aquela que tinha nesta inserção internacional a situação mais privilegiada e, portanto, maior interesse em manter a “credibilidade” financeira do país, não podia abrir mão de uma política econômica aceitável para os padrões da *pax britânica*.

Palavras finais – A Caixa de Conversão e os interesses da elite paulista

É evidentemente indiscutível que os interesses da elite cafeeira paulista é que protagonizaram a proposta de estabilização cambial. A idéia era a de que, com o programa de valorização do café em prática, os empréstimos externos para sua realização e a conseqüente melhoria dos preços, trariam como resultado uma apreciação cambial que poderia esterilizar os aumentos externos do preço em moeda nacional, o que colocaria os produtores em situação muito difícil. Os números apresentados por Franco Júnior no debate da Câmara representam muito bem esta visão do interesse pessoal do produtor em receber mais mil-réis por uma determinada quantidade de libras.

Por outro lado, como ficou evidente nos debates, estes homens tinham informação suficiente para saber que o ritmo das economias centrais e os interesses que estas tinham em investimentos financeiros nos países satélites, poderiam forçar também uma alta cambial que prejudicaria ainda mais os preços do café em moeda nacional. Para tanto, basta observar que a economia argentina estava passando por esse processo e conseguiu manter o câmbio baixo por conta da sua *Caja de Conversión*, a grande inspiração do projeto da Caixa de Conversão aprovado em 1906.

Entretanto, também é fato que não somente aos produtores de café é que a apreciação cambial prejudicava: a indústria nascente, os outros

produtores dos complexos econômicos regionais, a economia como um todo, que estava sofrendo com o aperto do crédito, enfim, boa parte dos negócios nacionais, eram prejudicados pela taxa cambial alta, visto que a concorrência estrangeira, no caso dos produtores voltados para o mercado interno, e a menor quantidade de mil-réis em troca das moedas cotadas em ouro, para aqueles produtos voltados para o mercado externo, acabavam “quebrando” boa parte dos produtores nacionais.

Assim sendo, a elite paulista, principal interessada na aprovação do projeto da Caixa de Conversão, não ficou sozinha neste intento, ela tinha margem de manobra para consolidar o seu interesse, visto que, para além das vontades e desejos regionais e setoriais que se manifestavam a favor da Caixa, todos sabiam que, de fato, o café tinha um papel decisivo no sustento do país, especialmente no de reprodução do Estado.

No entanto, acima de tudo, eram as transformações no centro do sistema internacional de trocas que forçavam as nações periféricas a adotarem políticas que permitissem uma nova forma de inserção (Lênin, 1985). A ordem de problemas, nesse sentido, guarda uma relação direta com a inserção da elite e do Estado ao sistema capitalista internacional, visto que esta elite cafeeira paulista, pragmática na defesa dos seus interesses, tinha no comércio do café sua porta de entrada no sistema internacional capitalista. Logo, as transformações do sistema exigiam também novas formas de articulação interna desta elite e do próprio Estado no sentido de garantir esta inserção.

Na visão de Eric Hobsbawm, o período do último quarto do século XIX e dos anos pré-guerra do século XX é o momento de síntese de um só processo, o de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal, que tem seu início no final do século XVIII com o que o autor em questão chama de “dupla Revolução”, a econômica, conhecida como Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Grã-Bretanha, que permitiu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, de promover crescimento econômico em penetração mundial; e uma revolução política, a franco-americana, que estabeleceu os modelos dominantes das instituições públicas da sociedade burguesa, que culminaram nos sistemas teóricos mais característicos: a economia política clássica e a filosofia utilitarista.

Os anos entre 1875 e 1914 são, na interpretação de Hobsbawm, os de auge e decadência desse “mundo burguês”. Dessa forma, este período é:

(...) o momento histórico em que ficou claro que a sociedade e a civilização criadas por e para a burguesia liberal ocidental representavam não a forma permanente do mundo industrial moderno, mas apenas uma fase de seu desenvolvimento inicial (Hobsbawm, 2002, p. 26).

Giovanni Arrighi (1996), por sua vez, entende este momento também como um período de transição, mas em outros termos. Para este autor, o capitalismo histórico em seu processo de desenvolvimento, articula fases de expansão material e outras de expansão financeira que são, na verdade, as duas partes de um único ciclo sistêmico de acumulação que é realizado sob uma determinada hegemonia, tendo estes dois braços: o econômico e o político, que se manifestam nas lutas interestatais. O período em questão é um destes em que a luta interestatal atinge altos níveis, na medida em que a potência hegemônica levou ao limite sua capacidade de expansão do sistema capitalista. No caso, portanto, a Inglaterra já não reunia condições de manter, sob seu controle a expansão do sistema, gerando uma forte luta entre os Estados concorrentes. Tratava-se de um momento de caos sistêmico, onde os mecanismos de expansão financeira inglesa estavam arrefecendo e os mecanismos de expansão material de outras nações ainda não eram capazes de impor a sua superioridade ao sistema. Portanto, sua interpretação dos anos anteriores a grande guerra de 1914-1918 é de que era um processo de transição hegemônica, que Arrighi chama de caos sistêmico.

Esta transição que Hobsbawm e Arrighi, de maneiras distintas, identificam no período entre a Grande Depressão de 1873-96 e a Primeira Grande Guerra está associado a uma inovação importante do ponto de vista da produção e da forma organizacional do sistema capitalista, gerando um novo processo de centralização e concentração do capital, a chamada Segunda Revolução Industrial, que está diretamente associada ao surgimento e expansão da eletricidade, da química fina e do motor a combustão. Estes novos investimentos transformam a empresa capitalista em sua estrutura e em seu, por assim dizer, *modus operandi*:

Por um lado, houve concentração de capital, o aumento da escala, que levou à distinção entre ‘empresa’ e ‘grande empresa’, ao retraimento do mercado de livre concorrência e a todos os demais aspectos que, por volta de 1900, levaram os observadores a buscar rótulos gerais que descrevessem o que parecia ser cabalmente uma nova fase de desenvolvimento econômico. Por outro lado, houve uma tentativa sistemática de racionalizar a produção e a direção das empresas aplicando ‘métodos

científicos' não só à tecnologia, mas também à organização e aos cálculos (Hobsbawm, 2002, p. 82).

À medida que estes processos foram sendo incorporados pelas nações que buscavam a sua industrialização, como era o caso da Alemanha e dos Estados Unidos, novos padrões acabaram sendo aplicados, já que estávamos assistindo, de fato, ao nascimento de economias nacionais, onde o protecionismo emerge como forma importante de crescimento e expansão econômica das nações, especialmente aquelas em processo de incorporação da industrialização. Neste caso, já tendo que “saltar etapas” para alcançar os padrões industriais em transformação. Além disso, as inversões de capital necessárias na formação dos bens de produção destas grandes empresas exigem um sistema financeiro de crédito altamente desenvolvido, que consiga captar os recursos necessários para estes financiamentos. A aliança capital financeiro e capital industrial colocam o capital mercantil em segundo plano dentro do sistema.

No estudo dos debates em torno da Caixa de Conversão fica evidente que os homens representativos das diversas elites regionais tinham absoluta consciência destas transformações. David Campista, em diversos momentos, se manifesta em defesa de uma política de maior proteção à produção nacional, visto que os grandes cartéis e trustes atuam no mundo defendendo os seus mercados (Documentos Parlamentares, 1914, p. 260-70).

Nesta nova lógica do sistema, a periferia não serve mais apenas como locais onde se produz e vende produtos primários e matéria-prima para comprar os insumos industriais produzidos pelo centro, é necessário agora que tenham estruturas estatais e mesmo economias internas que tenham capacidade de contrair empréstimos e investimentos estrangeiros diretos para reproduzir o capital financeiro do centro.

Por seu turno, o Brasil e mais especificamente, São Paulo, possui um produto de inserção internacional importante (um estimulante para a massa de trabalhadores agüentarem as longas jornadas de trabalho na indústria), que pode gerar renda suficiente para a montagem de uma estrutura econômica e estatal que garanta espaço de reprodução para o capital financeiro internacional. Até porque a entrada deste capital também interessava ao capital cafeeiro. Sérgio Silva afirma que o papel exercido pelo empréstimo externo no desenvolvimento brasileiro do período em questão dá a exata medida da importante noção de circulação de capital, que não se restringia ao seu papel decisivo para o nosso balanço de pagamentos:

Na verdade, esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores – e, portanto, para a organização do mercado de trabalho no Brasil –, para a construção de numerosas estradas de ferro, para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos etc., sem falar na própria construção e consolidação do Estado (Silva, 1976, p. 34).

Desta perspectiva, podemos pensar que a salvação do Estado em 1898 por meio do *funding loan*, para além das exigências feitas pelos credores internacionais, se configura numa forma de articulação do Estado periférico ao sistema, que necessita dele relativamente organizado para garantir a reprodução do capital financeiro do centro. Do ponto de vista dos interesses da elite paulista, a salvaguarda do Estado era uma necessidade na medida em que assegurava a sua própria inserção ao sistema internacional, por isso talvez os governos paulistas de Campos Sales e Rodrigues Alves tenham promovido a estruturação do Estado em detrimento da crise de preços pelo qual passava o café, já que, na verdade, o grande capital cafeeiro tinha totais condições de resistir à crise por meio do achatamento dos salários e pelo próprio rendimento das outras atividades do complexo cafeeiro. Enfim, o corte do financiamento externo seria muito pior do que a crise dos preços do café para o grande capital cafeeiro.

Quando a crise do Estado já estava solucionada, os preços do café continuavam em queda, mas somente em 1906 os níveis de lucratividade, em virtude da super-safra que se previa para aquele ano, estavam seriamente ameaçados. Neste momento houve uma reação mais forte, primeiro por parte dos médios capitais ligados ao meio rural, que conseguiram impor o Convênio de Taubaté, depois por parte do próprio grande capital cafeeiro, que impôs um plano valorizador que retirava o poder das mãos do Estado, como previa anteriormente o Convênio, e o dividiu num consórcio com os grandes financiadores estrangeiros (Perissinotto, 1994, p. 70 e segs.). Além disso, estabilizaram o câmbio, visto que sua elevação, como vinha acontecendo desde 1898 e que seria o normal com a entrada de recursos para financiamento da compra para estoques, esterilizaria os aumentos em preço internacional e, dessa forma, manteria o pânico entre os produtores menores. Por outro lado, era interessante também para outros setores ligados à produção para o mercado interno, que o câmbio fosse estabilizado a níveis não muito altos, o que, como destacou Delfim Netto, facilitava a aprovação

na medida em que atenuava o caráter eminentemente regional do projeto de valorização do café.

Mais importante ainda, a Caixa de Conversão era um regime cambial e monetário onde o Estado abria mão do controle da moeda que ficava profundamente dependente das contas externas da economia, na medida em que a expansão do meio circulante estava associada à entrada de recursos líquidos externos. Isso pode ser considerado de interesse dos capitais estrangeiros, visto que estes recursos aqui estariam protegidos e, ao mesmo tempo, sair no momento que considerasse necessário, ou seja, o Estado não possuía nenhum controle cambial e monetário, nos moldes do regime da Caixa de Conversão.

A adoção do padrão-ouro, portanto, levou a economia nacional a estar profundamente ligada aos humores do mercado internacional, isto é, conseguiu-se uma forte expansão das atividades econômicas associada à entrada de investimentos diretos estrangeiros e empréstimos públicos, mas que nos mantinham absolutamente dependentes destes recursos. Foram oito anos em que, a melhoria dos preços internacionais do café, o mecanismo pró-cíclico da Caixa de Conversão e a *belle époque* cêntrica garantiram a expansão e reprodução dos negócios nacionais. Entretanto, no instante em que estes investimentos cessaram e a crise bateu à porta da Caixa de Conversão por conta da fuga de capitais iniciada com a crise pré-Grande Guerra, o mecanismo mostrou-se extremamente frágil para suportar um choque externo e a economia deveria ser reorganizada em novas bases para atravessar o período de turbulências que estava por vir.

Fontes

DOCUMENTOS PARLAMENTARES. *Política Econômica: Caixa de Conversão (1906)*. 1º volume. Paris: Typographia Aillaud, Alves Cia., 1914.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil (1939/40)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. 10. ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.

- CASALECCHI, J. E. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.
- FRITSCH, W. Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, P. (Org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- FURTADO, C. M. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Publifolha, 2000.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOLLOWAY, T. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- KUGELMAS, E. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese (Doutorado em História)–FFLCH/USP, São Paulo, 1986.
- _____. A Primeira República no período 1891 a 1909. In: BEIGUELMAN, P. *Pequenos estudos de ciência política*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.
- LENIN, V. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes sociais e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SOUZA, M. C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985.
- TOPIK, S. *A presença do Estado na economia política do Brasil entre 1889 e 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TORELLI, L. S. *A Defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Área de História Econômica)–Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2004.
- VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3. ed. Brasília: Ipea, 2001.